

ASPECTOS DA NOVA CONFIGURAÇÃO DO CAPITALISMO MUNDIAL: IMPLICAÇÕES CONTROVERTIDAS DA GLOBALIZAÇÃO¹

Jair do Amaral Filho²
Maria Cristina Pereira de Melo

1 Introdução

A imagem construída pelos “*manipuladores de símbolos*” (termo utilizado por REICH, 1991), aquela de uma *globalização* interdependente e harmoniosa, continua ainda a servir de idéia força à *globalização* mas ela está longe da realidade. A *globalização* segue seu curso lógico, produzindo resultados prodigiosos, tais como o controle da inflação a nível mundial e o crescimento em várias regiões, no entanto seus efeitos excludentes e indesejados apresentam-se de maneira acentuada. Na verdade, as implicações do processo de *globalização*, dadas as suas características atuais, diferem a nível dos indivíduos, grupos sociais, países e regiões, produzindo ganhadores e perdedores. Essas divergências estão associadas às condições iniciais de participação, seja em capital ou em conhecimento, correspondente a cada parte que integra, de um modo ou de outro, o processo em questão.

Os efeitos excludentes e indesejados estão associados a todas as vertentes da *globalização*: financeira, produtiva-tecnológica e comercial. A primeira, a financeira, diz respeito à autonomização do capital financeiro seja em relação ao país de origem seja em relação ao capital produtivo mas diz respeito também ao processo de *financeirização da economia* e ao caráter especulativo do capital financeiro; a segunda, a produtiva-tecnológica, está associada aos intensos deslocamentos industriais, identificados através dos investimentos diretos no exterior (IDE), assim como à concentração produtiva e tecnológica - o reforço do poder concorrencial dos oligopólios; a terceira, a comercial, diz respeito à multiplicação concentrada ou polarizada do fluxo comercial mundial, dentro da forte expansão do volume do comércio mundial. O presente trabalho procurará indicar e analisar alguns dos principais traços da nova configuração do capitalismo mundial manifestados, portanto, naquelas três esferas referidas anteriormente.

2 Esfera Financeira

Todo e qualquer tipo de empreendimento não se realiza sem a participação prévia do capital financeiro ou do crédito. Sendo assim o capital financeiro é o pai de todas as formas dos capitais, comercial e industrial. Essa singularidade permitiu ao capital financeiro uma participação pioneira e permanente em todas as fases de expansão global do capitalismo, estando presente nas grandes descobertas, na difusão dos resultados da

¹ O presente trabalho é parte de uma pesquisa em andamento realizada pelos autores.

² Os autores são Doutores em Economia, Professores e Pesquisadores do Departamento de Teoria Econômica (DTE) e do Curso de Mestrado em Economia (CAEN) da Universidade Federal do Ceará (UFC)-Brasil. Este trabalho contou com os comentários e observações de François CHESNAIS (Université de Paris XIII), ao qual os autores fazem registrar seus agradecimentos, deixando claro no entanto que os mesmos assumem total responsabilidade pelo conteúdo do referido trabalho. E-mail : amarelo@fortalnet.com.br

Revolução Industrial, na comercialização das inovações científicas, na formação da dívida externa dos países tanto desenvolvidos quanto periféricos, na emergência dos novos países industriais (NPIs) e, como não poderia deixar de ser, neste processo de *globalização*.

Neste momento da *globalização* o capital financeiro está por trás da aceleração do comércio mundial assim como dos deslocamentos industriais, no entanto é importante ressaltar que além desse papel, de certa forma clássico, o capital financeiro vem apresentando duas características novas, embora latentes desde alguns anos.

A primeira característica é o destaque alcançado pelos fundos de pensão, companhias de seguro e fundos mútuos de investimento no quadro da detenção mundial de ativos, majoritariamente financeiros, o que vem provocando uma forte disputa com os bancos comerciais privados multinacionais (FARNETTI, 1996). Aquelas instituições, originárias dos países desenvolvidos (principalmente EUA, Inglaterra e Japão), controlam mais de uma dezena de trilhões de dólares em ativos, quantia mais do que suficiente para desafiar qualquer instituição oficial internacional ou qualquer Banco Central na manutenção da estabilidade dos sistemas monetário e financeiro mundiais.

A segunda característica é a acelerada autonomia dos capitais e massas monetárias em relação ao país de origem bem como em relação ao capital produtivo. A autonomia em relação ao país de origem deve-se à liberalização e à desregulamentação dos mercados financeiros. A autonomia em relação ao capital produtivo deve-se, por sua vez, ao elevado custo do aluguel do dinheiro, que reserva à esfera financeira o locus principal de valorização do capital. Ao lado das aplicações puramente financeiras, como compra de títulos, tem-se notado nos últimos anos uma forte autonomização e volatilização do capital financeiro no âmbito das Bolsas de Valores, alimentando uma excessiva especulação que resultou num evidente descolamento entre os valores das ações e os indicadores reais das empresas produtivas.

Em síntese, a característica nova assumida pelo capital financeiro na *globalização* é o crescimento de importância da sua forma fictícia, ou seja, aquela que não tem contrapartida produtiva, ou melhor “a produção do dinheiro pelo dinheiro”. Apoiado na desintermediação, na desregulação e na liberalização dos mercados (três regras básicas da *globalização* financeira para PLIHON, 1996) como também nos inúmeros tipos de inovações tecnológicas ocorridos nos segmentos da intermediação financeira e dos mercados de ações, o capital financeiro passou a se afastar das operações clássicas de crédito, inclusive os próprios bancos. Na *globalização* ele passa fortemente a se fazer presente nas transações de títulos público e privado, no mercado de câmbio, nas bolsas de valores e nos papéis de mercado futuro de mercadorias, imprimindo aos mercados financeiros maior volatilidade.

Segundo relatório anual da OMC (1996), no plano internacional os fluxos de investimentos diretos e os fluxos de investimentos em “portfólio” foram mais ou menos iguais durante o período 1988-90 após o que os investimentos em “portfólio” cresceram mais de duas vezes os investimentos diretos, entre 1990 e 1993. No caso do Brasil, segundo dados do Banco Central, os investimentos líquidos em “portfólio” representaram em 1996 a parcela de 39,5% dos “investimentos estrangeiros totais líquidos”, enquanto que em 1997, até setembro (antes porém da “crise asiática”), essa percentagem era de 43%. Já em dezembro de 1997, dois meses depois da referida crise, aquela percentagem cai para 29%, dando assim uma pequena demonstração da volatilidade do capital financeiro. Essas novas formas de existência tornou o capital financeiro mais volátil e mais perigoso para a estabilidade dos sistemas financeiros nacionais mas também para o sistema financeiro global, agora mais do que nunca integrado pelos meios de comunicação mas também pelas estratégias dos principais investidores globais.

Quanto à *financeirização* propriamente dita, mesmo tendo passado o pior momento de crise mundial da dívida externa e mesmo havendo uma abundância de capital ocioso, o custo do aluguel do dinheiro continua muito elevado, considerando a taxa básica média mundial. Isto tem provocado uma elevação do chamado custo de oportunidade das atividades econômicas a favor dos mercados de papéis, fenômeno este que

passou a ser chamado de *financeirização da economia*. Isto significa que os indivíduos e os investidores institucionais passaram a preferir cada vez mais investir em papéis em detrimento do consumo e do investimento produtivo. Mesmo os empresários produtivos passaram, eles próprios, a apostar no retorno rápido desse mercado, a fim de compensar o enfraquecimento do seu lucro puramente operacional. Indicadores da Revista Business Week nos informa que entre setembro de 1992 e setembro de 1997 um dos “fundos mútuos” globais, o Putnam Emerg. Info. Sciences, proporcionou aos seus clientes uma taxa média de retorno de 37,84% sobre o capital aplicado dentro daquele período, cobrando apenas 1% de taxa de administração.

De um lado, a *financeirização* reflete a própria natureza dos novos atores financeiros mas, de outro, ela está associada à obsessão dos governos pela meta da *inflação zero*, que pressiona as taxas de juros para cima, assim como à disputa desenfreada entre as economias nacionais, em fase de ajustamento estrutural, pela conquista do capital externo, a qualquer custo. Este tem sido o caso dos países latino-americanos tais como a Argentina, México e Brasil. A *financeirização* não tem sido neutra (ver SALAMA, 1996) e ela tem trazido consequências perversas tanto para os países da OCDE quanto para os países periféricos e essas consequências são de três ordens: (i) crescimento financeiro das dívidas públicas combinado com o enfraquecimento dos Estados; (ii) diminuição dos investimentos produtivos e, por consequência, o aumento da taxa de desemprego e, por último, (iii) a transferência de renda dos indivíduos assalariados ou daqueles desprovidos de poupança para aqueles indivíduos que detêm renda e poupança.

Fenômenos como formação e concentração de gigantescas somas monetárias, autonomia e volatilidade do capital financeiro e *financeirização* da economia encontraram nos mercados de capitais das economias emergentes um campo fértil para o desenvolvimento da especulação. Além das referidas medidas liberalizantes de natureza financeira e acionária, os mercados de capitais emergentes vinham sendo excessivamente estimulados pelas fusões e incorporações de empresas devido à abertura econômica bem como pelas privatizações, estas visando as reformas do Estado, em especial na América Latina. No caso específico das economias asiáticas a euforia nas Bolsas foi alimentada por robustas taxas de crescimento econômico puxadas por uma forte expansão monetária baseada no crédito bancário fácil e subsidiado. Oxigenados pelo entusiasmo que havia tomado conta da Bolsa de Valores de Nova York esses mercados foram espetacularmente alavancados pelo capital financeiro global e volátil.

A lógica do movimento de especulação é simples e bem conhecida dos historiadores como KINDLEBERGER (1989), pois ela já se repetiu por várias vezes na história não só das Bolsas de Valores mas também de outros mercados como de produtos, de arte e de imóveis. Aquele movimento conhece um primeiro momento em que os poupadores encontram na Bolsa de Valores um lugar normal de refúgio para sua poupança, pensando resgatá-la no longo prazo. Num segundo momento, os aplicadores grandes e profissionais, visando ganhos rápidos e espetaculares, passam a puxar os preços dos papéis para cima no que são acompanhados pelos aplicadores pequenos e não profissionais, todos sustentados pela não reação das taxas de juros bem como pelo encorajamento dos líderes do mercado. Instala-se aí a euforia e com ela a perda de contato com o mundo real das empresas, pois o mercado se transforma num jogo.

Mesmo sabendo do limite desse processo os agentes continuam a apostar no mercado pois não podem prever com exatidão onde e quando pode estar o ponto de ruptura do processo. Uma vez ocorrido o rompimento os grandes aplicadores abandonam o mercado de ações e forçam o governo a desvalorizar a moeda ou a elevar as taxas de juros. A lógica clássica da especulação acompanhada de seu rompimento repetiram-se mais uma vez no mercado de ações (a partir de outubro de 1997) apesar das advertências de alguns conhecedores do mercado tal como o “insuspeito” Alan Greenspan, do Banco Central americano.

Como se sabe, na crise recente das bolsas mundiais a ruptura foi provocada pela onda de ataques especulativos verificados sobre várias moedas asiáticas, que foi em

seguida acompanhada da elevação das taxas de juros com o objetivo de defendê-las, em especial em Hong Kong. Dado que o crescimento vigoroso verificado nos últimos anos nos países asiáticos foi alavancado por uma forte expansão de crédito e endividamento das empresas a elevação dos juros assustaram os capitais privados globais receosos de uma grave crise financeira por parte dos bancos. O abandono dos mercados emergentes asiáticos por esses capitais provocaram imediatamente e insistentemente fortes choques em outras regiões, em especial no Brasil, dado que a Ásia do sudeste e do Pacífico vinha concentrando grandes volumes de investimentos estrangeiros privados, além do que, até então, a Bolsa de Hong Kong ostentava a prestigiosa imagem de ser a fortaleza financeira da Ásia. O grande desafio no momento é saber se os países asiáticos estão livres de uma crise mais profunda e saber também se sua reincidência se restringirá apenas à região asiática. O problema dessa resposta é que a situação atual ainda é ambígua, ou seja, tanto ela contém elementos que indicam para uma crise localizada como também contém elementos que indicam para uma crise de caráter sistêmico.

Enquanto esses aspectos não se confirmam uma conclusão pelo menos pode-se tirar: a "crise asiática" não deve ser interpretada como uma crise da *globalização* mas, ao contrário, ela foi uma crise provocada pela *globalização*, em particular pelo seu braço financeiro. Por causa do seu tamanho, força, autonomia e volatilidade os novos atores do capital financeiro global vêm servindo de acelerador da *globalização* na medida que eles penalizam sem piedade aquelas economias que exibem indicadores que estejam fora do padrão estabelecido pelos idealizadores desta *globalização*, quais sejam, sobrevalorização cambial, elevado déficit externo em conta corrente, grande número de empresas públicas, elevado déficit fiscal estrutural e falta de transparência da política macroeconômica. Entretanto, seria um tanto quanto precipitado concluir por uma vitória desta *globalização* face à soberania dos estados nacionais, pois a "crise asiática" pode também servir de importante referência para uma reflexão em torno do conteúdo desta *globalização* em curso.

3 Esfera Produtiva-tecnológica

No processo de *globalização* os oligopólios mundiais são, sem dúvida, fortalecidos. A internacionalização crescente da produção, os movimentos de fusão/aquisição que vêm ocorrendo a nível nacional e mundial e as formas de acordos interempresas resultam na criação e consolidação de oligopólios mundiais. Essas estruturas concentradas reforçam as barreiras à entrada e dificultam a participação de empresas outras nos mercados onde atuam. Deve-se ressaltar que o rápido crescimento do investimento direto nos anos 80 e 90 esteve assentado no investimento internacional cruzado - reciprocidade entre regiões - com grande ênfase para as fusões/aquisições. O total em valor das fusões/aquisições em 1995 foi duas vezes maior que o nível de 1988, este fato está relacionado com o significativo número de operações acima de 1 bilhão de dólares (TABELA 1). Segundo relatório da UNTACD (1996), a expectativa era que essas transações aumentassem em número e valor em 1996. As firmas, através dessa forma de investimento, protegem, consolidam e avançam posições no mercado em que atuam na medida em que se desfazem de segmentos que estão fora de seu núcleo de competência e adquirem estrategicamente segmentos que potencializam sua competitividade.

Tem-se constatado movimento ascendente de fusões/aquisições também na América Latina, nos últimos anos. Deve-se lembrar que a forte tendência à desnacionalização do aparelho produtivo industrial de um país está acarretando consequências inevitáveis para a perda de autonomia de possíveis políticas industriais. Em 1995 e 1996, o capital estrangeiro comprou ou se associou a um número crescente de empresas brasileiras, abrangendo os mais variados segmentos industriais como: bens de capital, autopeças, eletrodomésticos, eletrônicos, alimentício, brinquedos, higiene e limpeza, gráfico; em vários desses segmentos o capital estrangeiro passou a ser dominante nesse curto espaço de tempo.

TABELA 1: Fusões / aquisições efetuadas por firmas estrangeiras (1988-1995) (bilhões de dólares)

Economia	1988	1990	1992	1993	1994	1995
Todos países	112,5	159,6	122,1	163,1	196,3	229,4
Países desenvolvidos	110,0	132,7	81,3	97,4	128,5	161,3
Países em desenvolvimento	2,3	18,0	29,0	53,4	73,0	63,6
Àsia	0,8	9,4	17,6	33,3	39,8	29,5
América Latina	1,5	8,5	10,5	12,4	12,0	10,6
Brasil	0,2	0,06	0,5	1,0	1,4	2,1

Fonte: UNTACD(1996)

Tendo em conta a importância que reveste os investimentos diretos estrangeiros sobre a atividade econômica e a geração de renda para as economias latino-americanas, a reação dos Estados face à globalização é adotar políticas liberais e atrativas que favoreçam a entrada desses capitais. Na disputa dos Estados-nações por investimentos estrangeiros diretos poderá ocorrer super ofertas de vantagens de natureza fiscal/financeira e fiduciária, atitude essa que, muitas vezes, não são compatíveis com as premissas liberais que norteiam suas políticas econômicas.

Se, de um lado, observa-se um aprofundamento da concentração da produção mundial em termos micro, em termos macro essa tendência se confirma, com inflexão para certas áreas de forma positiva - Ásia - ou negativa - África negra e América Latina. Os investimentos das empresas multinacionais têm ocorrido, sobretudo, no interior da Tríade³ - os chamados investimentos cruzados - favorecendo nesse ambiente uma integração acelerada sem precedentes. Observando-se os dados dos países hospedeiros nota-se que, entre 1967 e 1989, os estoques de investimentos diretos mundiais foram crescentes, para os países industrializados: em 1967 estes detinham 69,4% passando para 80,8% em 89, enquanto os países em desenvolvimento viram sua parcela decrescer de 30,6% para 19,2% para os mesmos anos (CHESNAIS, 1994). A evolução recente pode ser evidenciada na TABELA 2. É preciso ressaltar que os fluxos de investimentos diretos estrangeiros em direção à Ásia, em 1994, ultrapassaram aqueles orientados para a Europa ocidental. O Relatório da OMC (1996) constata que uma parte importante dos fluxos de investimentos diretos dos EUA e do Japão vai em direção a países onde os salários são mais altos, a mão-de-obra mais qualificada, o mercado nacional importante e fracas restrições às atividades das empresas.

³ A Tríade reúne os seguintes espaços: Estados Unidos da América, Japão e Europa.

TABELA 2: Fluxo de investimento direto estrangeiro por país hospedeiro (bilhões de dólares) (%) (1988-1995)

Ano	Países Desenvolvidos	Países em Desenvolvimento	Europa Central e do Leste	Todos os Países
1988-89	139,1	36,8	1,4	177,3
1990	169,8	33,7	0,3	203,8
1991	114,0	41,3	2,5	157,8
1992	114,0	50,4	3,8	168,1
1993	129,3	73,1	5,6	207,9
1994	132,8	87,0	5,9	225,7
1995	203,2	99,7	12,1	314,9
Participação no Total (%)				
1988-92	78,0	21,0	0,8	100,0
1993	62,0	35,0	2,7	100,0
1994	59,0	39,0	2,6	100,0
1995	65,0	32,0	3,8	100,0

Fonte: UNTACD (1996)

O PIB mundial, a taxas de câmbio correntes, apresenta forte concentração em 1995 em relação a 1980: os países da OCDE (exceto o México) passam de 67,8% para 74,6%; os NPIs da Ásia passam de 1,2% para 3,2%, contudo a América Latina apresenta um decréscimo de sua participação que passa de 7,7% para 5,3%, acontecendo o mesmo para a África negra (inclusive África do Sul) que sai de 2,5% e vai para 1,2% (HATEM, 1995). Em termos geográficos fala-se, nos dias de hoje, que o processo de globalização em curso proporcionará a integração de apenas uma parte dos países do globo, excluindo cerca de 80 países praticamente de qualquer possibilidade de integração, sobretudo a África ao sul do Sahara (ANDREFF, 1996). A polarização internacional entre os países estaria mediatizada pelos interesses dos oligopólios mundiais.

A tecnologia, nos últimos vintes anos, vem se expressando como fator primordial da competitividade entre firmas. Considerando-se a escala crescente de recursos necessários à atividade de pesquisa, a rápida mudança tecnológica e a incerteza inerente a essa atividade, os acordos de cooperação e as alianças estratégicas aparecem como veículos privilegiados, sobretudo para os grupos a dominante inovadora, de criar poder de mercado, aumentar as bases de financiamento de P&D e obter conhecimentos tecnológicos complementares.

O desenvolvimento e a comercialização de inovações radicais envolve grandes incertezas e uma variedade de conhecimentos tácitos, ambos os fatores requerendo intenso contato intra equipe técnica favorecendo a concentração geográfica da atividade de pesquisa. Informações levantadas junto a 587 grandes empresas de várias nacionalidades, para o período 1985-90, revelaram que 89% das atividades de pesquisa dessas empresas são realizadas nos países de origem (PATEL, PAVIT, 1996). A possibilidade de deslocamentos de atividades de pesquisa pelas empresas multinacionais está relacionada à possibilidade de troca com o sistema nacional de inovação. A produção de tecnologia está também concentrada nos países da Tríade e no interior destes nas

grandes empresas. A forte concentração da geração tecnológica, nos dias de hoje, em firmas multinacionais, deve ser entendida, sobretudo, através das alianças estratégicas que se estabelecem entre empresas objetivando o desenvolvimento tecnológico e têm como consequência imediata a criação de barreiras à entrada e o bloqueio ao acesso da tecnologia por outras firmas.

Os acordos que emergiram da Rodada do Uruguai, de seu lado, resultaram em maior proteção aos grandes grupos multinacionais no que se refere à propriedade intelectual e exploração de patentes. Os instrumentos jurídicos que esses grupos passaram a contar, nessa área, inibem políticas tecnológicas independentes nos países em desenvolvimento refletindo em obstáculo suplementar ao acesso à tecnologia gerada no centro. O movimento de concentração e marginalização abrange a dimensão tecnológica de forma mais acentuada que a produtiva: na década de 80, nos países avançados efetuou-se 95% do total dos acordos mundiais de cooperação tecnológica inter-firmas e 90% dos acordos de licença e transferência de tecnologia (CHESNAIS, 1994). De fato, estatísticas de 1994 dão conta que 50 países são responsáveis por 98% das despesas mundiais de P&D, abrigam 94% dos cientistas e engenheiros empregados no mundo e 99% das patentes depositadas nos EUA e Europa (CE, 1994).

4 Esfera Comercial

Alguns dos instrumentos dinamizadores da *globalização* têm sido a queda generalizada das barreiras alfandegárias combinada à especialização econômica, a multiplicação de acordos comerciais bilaterais e a construção de áreas de troca livre. Esses mecanismos contribuíram consideravelmente, ao lado dos deslocamentos industriais, para que ocorresse um certo dinamismo no fluxo do comércio mundial. Em 1994, o volume das exportações mundiais cresceu 10%, ou seja, o melhor resultado desde 1976 enquanto a produção 4% (TABELA 3). No interior desse processo observa-se um aprofundamento da tendência de hiato entre a produção mundial de mercadorias e a exportação mundial de mercadorias.

TABELA 3: crescimento em volume da produção e das exportações mundiais de mercadorias (%)

Ano	Média Anual			
	1990-1995	1993	1994	1995
Exportações	6,0	4,0	10,0	8,0
Produção	1,5	0,5	4,0	3,0

Fonte: OMC (1996)

Entretanto, esse movimento vigoroso verificado a nível geral do comércio mundial se contrapõe a alguns efeitos concentradores e excludentes repercutindo no interior do próprio movimento comercial mas também na estrutura da divisão internacional do trabalho, em particular no que toca os sistemas produtivos locais e o mundo do trabalho.

Os países da Tríade foram responsáveis por cerca de 70% das transações comerciais mundiais realizadas em 1994, sendo que somente duas áreas tiveram crescimento notável das exportações entre 1991 e 1994, EUA e Ásia conforme mostra a TABELA 4 (OMC, 1995). Assim, o crescimento do comércio mundial está acompanhado de uma intensificação do comércio intraregional, integrando, sobretudo, os países da Tríade e alguns NPI e marginalizando regiões e/ou países que não apresentam interesse de mercado aos oligopólios mundiais.

TABELA 4: Composição das exportações mundiais de mercadorias por região (1985/1995) (%)

Regiões	1985	1996
América do Norte	16,0	15,9
América Latina	5,6	4,6
Europa Ocidental	40,1	44,8
Europa Cent., Leste, Balt., CEI	8,1	3,1
África	4,2	2,1
Oriente Médio	5,3	2,9
Ásia	20,8	26,6

Fonte: OMC(1996)

Sem dúvida, as firmas multinacionais jogam papel fundamental no comércio internacional apresentando crescente participação através do volume transacionado de bens no comércio intra-firmas e fora delas. Em 1993, nos EUA o comércio intra-firmas multinacionais foi bastante significativo : 44,4% do total das exportações desse país foram efetuadas entre empresas do mesmo grupo e 48,6% das importações foram da mesma natureza (UNACTD, 1996). A expansão das trocas intra-firmas é uma consequência do aumento dos fluxos dos investimentos diretos estrangeiros. Como estes últimos estão concentrados no interior da Tríade as trocas referidas também estão concentradas aí, em particular nos blocos regionais. Observando-se as estatísticas do comércio internacional nota-se uma tendência à regionalização.

TABELA 5: Exportações intraregionais no total das exportações da região (1983-1995)(%)

Região	1983	1993	1995
América do Norte	34,3	35,6	36,0
Europa Ocidental	65,2	68,7	63,0
Japão(Ásia)	31,0	40,0	45,9
Mercosul	nd	14,1*	20,8

Fonte: OMC(1996) *1990

O crescimento do comércio intersetorial é outro aspecto relevante no atual contexto mundial. Este fluxo é mais significativo entre países com nível de desenvolvimento comparável; os países industrializados efetuam essencialmente trocas intrasetores e intrafirmas, ao passo que os fluxos entre estes países e os em desenvolvimento são preferencialmente intersetores, denotando a disparidade entre eles. O Relatório da OMC (1996) evidencia, por exemplo, a situação seguinte : nos EUA, em 1995, a exportação de máquinas e material de transporte para a União Européia correspondeu a 49% do total das exportações para essa região; em contrapartida os EUA importaram do mesmo gênero de produto 45% do total das importações efetuadas dessa origem; caso semelhante ocorreu entre EUA e Canadá cujas participações de saídas e entradas do gênero citado foram 55% e 43% respectivamente (OMC, 1996).

O livre comércio mundial que se estabeleceu no contexto dos acordos da Rodada do Uruguai teve e tem consequências em termos micro para empresas de diferentes tamanhos. Os grandes grupos intensificaram a concorrência entre eles ao mesmo tempo em que buscaram organizar a produção visando usufruir das diversas vantagens específicas locais tais como sistema nacional de inovação e custo de mão-de-mão. De seu lado, as empresas de âmbito nacional e as médias e pequenas, que estiveram relativamente protegidas até então, sofrem, nesse contexto, ameaça constante da concorrência mundializada resultando, em muitas vezes, no encerramento de atividades ou na absorção por outras.

A liberalização do comércio externo e a conseqüente exposição das mercadorias produzidas internamente têm levado unidades fabris dos países latino-americanos a encerrar atividades em segmentos diversos do aparelho produtivo. É importante ressaltar que a situação desvantajosa de empresas e setores está associada à presença de condições desfavoráveis, tanto de ordem sistêmica como de ordem específica para fazer face ao novo contexto. São ramos industriais inteiros que podem ser destruídos no bojo desse movimento o qual engendrará um processo de desverticalização do aparelho industrial, sobretudo em economias que já contavam com alto nível de integração. A desverticalização do aparelho produtivo implica em redução da demanda por bens produzidos por setores interligados, em redução da demanda por técnicos e especialistas dos setores os quais estabelecem intercâmbio de conhecimentos e informações indispensáveis para o processo de geração de inovações. A perda do esforço de aprendizagem tecnológica empreendido até então fragiliza, sobremaneira, as economias para fazer face futuramente aos termos de troca.

No Brasil, os setores produtores de bens de capital, de equipamentos elétricos e de comunicação são exemplos característicos desse processo. Os coeficientes de importação cresceram, nesses setores, acima da média dos outros setores manufatureiros. Quanto ao primeiro, os dados mostram uma queda substancial da produção doméstica de US\$ 19,6 bilhões de dólares em 1990 para US\$ 14,4 bilhões em 1996 enquanto as importações para o mesmo período cresceram em 173,8% ; a participação da produção nacional na oferta interna vem decrescendo ano a ano: em 80 era 94%, em 90 era 88% e em 96 estava em 54% com a tendência mantendo-se em 1997 (MICT, 1997). É importante ressaltar que a eficácia e o tamanho do setor de bens de capital constitui dimensão importante para a competitividade sistêmica na qual podem apoiar-se as empresas em suas economias domésticas, na medida em que esse setor é responsável pela difusão de inovações tecnológicas para o resto do aparelho produtivo.

No referido país, setores intensivos em recursos naturais, no período 1990-1995, apresentaram um aumento significativo no coeficiente de exportação tais como madeira, celulose e siderurgia. Pode-se afirmar que tem ocorrido, nessa economia, deslocamento de atividades produtivas com maior conteúdo tecnológico e redirecionamento da produção para atividades de menor conteúdo. Essa mudança na estrutura setorial das exportações e importações não são desprezíveis para a economia brasileira numa perspectiva de longo prazo na medida em que o comércio mundial apresenta forte tendência a privilegiar setores produtores de bens com elevado conteúdo tecnológico.

Setores industriais brasileiros, que já praticavam estratégias competitivas internacionais com visão de longo prazo, ressentem-se muito menos do processo de abertura comercial na medida em que possuem capacidades financeira, comercial e tecnológica suficientes para participarem do mercado mundial. É importante ressaltar, no entanto, que esses exemplos, tal o setor de papel e celulose, estão longe de se constituírem regras.

Como vantagem da abertura da economia, para aparelhos produtivos de países como o Brasil, está a oportunidade de suprimento no mercado externo de insumos industriais a baixo custo e de melhor qualidade, proporcionando atualização tecnológica - fonte importante de competitividade - aos produtores domésticos que dela podem beneficiar-se, numa perspectiva de curto/médio prazo.

5 Notas conclusivas

A emergência do termo *globalização* acabou deslocando e absorvendo termos consagrados até há pouco tempo pela Ciência Econômica. Tal impacto está respaldado na forte metamorfose experimentada pelo sistema capitalista mundial que se encarregou de romper simultaneamente com o regime de acumulação e com o modo de regulação que predominaram nas economias capitalistas durante os trinta gloriosos anos que sucederam a II Grande Guerra. Na ausência de um novo modo de regulação mundial, o *pensamento único* vem servindo informalmente como meio de coordenação do processo de *globalização* na medida que contribui para a convergência das políticas econômicas nacionais.

É comum confundir essa transformação com qualquer outro momento da evolução do sistema capitalista. Todavia, é necessário dizer que tal transformação é específica, porque se explica por razões completamente diferentes. Em primeiro lugar, esta metamorfose devolve ao capitalismo sua vocação global, em segundo a base tecnológica sobre a qual ela se desenvolve não tem paralelo na história, em terceiro há uma interação entre Estados-nações e firmas multinacionais e, em quarto, embora os atores desta *globalização* sejam bem conhecidos dos estudiosos eles desempenham papel bastante diferente daqueles exercidos em fases pretéritas do capitalismo.

Apesar de o termo *globalização* servir de idéia força do atual momento do sistema capitalista mundial, sua correspondência com a realidade torna-se insuficiente devido à sua forte tendência à concentração geográfica, na medida que as atividades financeiras, tecno-produtivas, comerciais, científicas e culturais concentram-se nos países da chamada Tríade, fato este que levou alguns autores (por exemplo, PETRELLA, 1996) a tratarem esse processo de “*triadização*” no lugar de *globalização*. À concentração geográfica adiciona-se a centralização do capital em escala mundial, este se dando através do acelerado processo de aquisições e fusões dos capitais. Por último, pode-se acrescentar ainda o aspecto da autonomização do capital financeiro em relação das economias nacionais bem como do capital produtivo, aspecto esse que coloca em risco a própria consistência da *globalização*.

Referências bibliográficas

- ANDREFF, W. *Les multinationales globales*. Paris : Éditions La Découverte, 1996.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório Mensal (vários números)*, Brasília, DF.
- CHESNAIS, F. *La mondialisation du capital*. Syros, Paris : Syros, 1994.
- CHESNAIS, F. (Org.). *La mondialisation financière*. Syros, Paris : Syros, 1996.
- COMMISSION EUROPEENNE. *Le rapport européen sur les indicateurs scientifiques et technologiques*. Luxemburg, 1994.
- FARNETTI, R. Le rôle des fonds de pension et d'investissement collectifs anglo-saxons dans l'essor de la finance globalisée. In: CHESNAIS, F. (Org.). *La mondialisation financière*. Paris : Syros, 1996.
- HATEM, F. *Les multinationales en l'an 2000*. Paris : Economica, 1995.
- KINDLBERGER, C. *Manias, Panics and Crashes : A History of Financial Crises*. [S.l.] : Basics Books, 1989.
- BRASIL. Ministério da indústria, do comércio e do turismo. *Ações setoriais para aumento de competitividade da indústria brasileira*. Brasília, DF, 1997.
- ORGANISATION MONDIALE DU COMMERCE. *Le commerce international*. Genève, 1995.
- ORGANISATION MONDIALE DU COMMERCE. *Rapport annuel-1996*. Genève, 1996.